

RELATÓRIO DE GESTÃO

COMPANHIA DE INVESTIMENTO E PARCERIAS DO ESTADO DE GOIÁS**RELATÓRIO DE GESTÃO**

Identificação - A Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás - Goiás Parcerias é uma sociedade de economia mista, criada pela Lei nº 14.910, de 11 de agosto de 2004, e instituída no dia 5 de maio de 2006, e jurisdicionada à Secretaria de Estado da Fazenda, conforme Lei nº 18.837/15.

Visão Institucional - A Goiás Parcerias tem como objetivo colaborar, apoiar e viabilizar a implementação do Programa de Parcerias Público-Privadas (PPP) e outras parcerias de interesse do desenvolvimento econômico e social de Goiás. Tem, ainda, a competência para disponibilizar bens, equipamentos e utilidades para a Administração Estadual, mediante pagamento de adequada contrapartida financeira, além de gerir os ativos patrimoniais a ela transferidos pelo Estado ou por entidades da Administração indireta, ou que tenham sido adquiridos a qualquer título.

Síntese da Gestão da Companhia no exercício de 2017

No exercício de 2017, no Plano Plurianual 2016-2019, o Programa de Trabalho da Companhia (6706) previu a realização de parcerias entre o setor público, privado e entidades governamentais (3027). A meta física prevista era a realização de três parcerias e a execução financeira tinha o valor extraorçamentário de fonte própria da ordem de R\$ 2,08 milhões.

Em relação à meta física, necessário esclarecer que a Companhia não realiza a parceria em si, visto que a efetivação da contratação é de responsabilidade do órgão ao qual o empreendimento (objeto da parceria) se encontra afeto. O papel da Companhia é auxiliar/executar diretamente na estruturação dos projetos, deixando-os em condições de serem colocados no mercado, sob a forma de licitação ou de chamamento público, a depender da natureza do projeto.

Em programa específico – Programa de Desmobilização e Gestão de Ativos - PDEG, o papel da Companhia é de gerenciamento de contrato junto à Fundação Getúlio Vargas, assegurando a entrega dos produtos contratados, onde cada produto corresponde ao pronunciamento técnico da contratada sobre a melhor

COMPANHIA DE INVESTIMENTO E PARCERIAS DO ESTADO DE GOIÁS

abordagem para cada um dos ativos objeto do Programa, seja por modalidade de desmobilização ou de novo arranjo de gestão.

Assim, como regra, para fins de cumprimento de metas da Companhia, o indicador são projetos estruturados e, no caso particular do PDEG, produtos entregues e aceitos.

Neste contexto as metas físicas foram amplamente superadas. As informações a seguir, com o índice de realização apresentado entre parênteses, dispõem sobre as atividades da Companhia no exercício de 2017:

1. Elaboração de mecanismos alternativos para estruturação do Projeto Goiás Sem Lixão -Destinação Final de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Goiânia e do Interior através de chamamento público a procedimento de manifestação de interesse em caráter de exclusividade, objetivando financiamento dos custos de estruturação e elaboração de termo de referência para contratação de consultoria.(100%)
2. Estruturação de Projeto de Parceria Público Privada do VAPT VUPT. (100%)
3. Análise do Projeto do Trem Goiânia – Brasília (100%)
4. Estruturação do Projeto do Centro Gastronômico. (10%)
5. No âmbito do PDEG:
 - (i) Reavaliação de modelagem de gestão e de destinação do Centro de Excelência. (40%)
 - (ii) Avaliação de modelagem de gestão e de destinação da METROBUS. (100%)
 - (iii) Avaliação de modelagem de gestão e de destinação da IQUEGO. (100%)
 - (iv) Avaliação de modelagem de gestão e de destinação da CEASA. (60%)
 - (v) Avaliação de modelagem de gestão e de destinação do Goiânia Arena. (40%)
 - (vi) Avaliação de modelagem de gestão e de destinação da CELG G&T.(70%)

COMPANHIA DE INVESTIMENTO E PARCERIAS DO ESTADO DE GOIÁS

- (vii) Avaliação de modelagem de gestão e de destinação do Centro de Convenções de Anápolis. (40%)
- (viii) Avaliação de modelagem de gestão e de destinação do Centro Cultural Oscar Niemeyer. (50%)
- (ix) Avaliação de modelagem de gestão e de destinação dos Parques Estaduais. (30%)
- (x) Avaliação de modelagem de gestão e de destinação da Plataforma Logística de Anápolis. (60%)
- (xi) Avaliação de modelagem de gestão e de destinação do Aeroporto de Cargas de Anápolis. (40%)
- (xii) Estruturação de Programa de Moedas. (100%)
- (xiii) Estruturação de Programa de Ativos Mobiliários elegíveis. (20%)
- (xiv) Estruturação de Programa de Venda de Direitos Creditórios Habitacionais da COHAB e da CAIXEGO. (100%)

Registra-se, ainda, a realização dos processos finalísticos de execução de projetos estruturados, estando estes, ao final do exercício, em andamento, a exemplo do Projeto de Parceria Público Privada do VAPT VUPT e Programa de Venda de Direitos Creditórios Habitacionais da COHAB e da CAIXEGO.

A realização econômico-financeira da Companhia envolveu recursos da ordem de R\$ 2,7 milhões cujas fontes foram, até março de 2017, por meio de integralização de capital do acionista e, a partir de abril do mesmo ano, por meio de pagamento de créditos detidos pela Companhia junto ao Tesouro. Nestes termos a realização com recursos próprios ficou em linha com o planejado.

À luz das informações prestadas conclui-se pela ampla realização física das ações previstas e em linha com os parâmetros econômico-financeiros.

COMPANHIA DE INVESTIMENTO E PARCERIAS DO ESTADO DE GOIÁS

No exercício de 2017, a Companhia integrou o Plano Plurianual – PPA (2016/2019 – Lei 19.224/16). No tocante ao alinhamento com o Plano de Governo, a Companhia atua sob a égide de quatro diretrizes, nas quais as suas ações estão pautadas. São elas:

1. Continuar investindo na realização de parcerias público-privadas.
2. Expandir a contratação de Organizações Sociais – OSs e de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OCIPs.
3. Ampliar processo de subdelegação de serviços
4. Criar fluxos de contra garantias e garantias de segundo piso dando viabilidade a parcerias público-privadas e investimentos públicos e privados.

a) Não houve necessidade de implementação de medidas saneadoras de eventuais disfunções.

b) A Companhia não mantém estoque de materiais.

c) Não foram apuradas falhas e irregularidades nos processos de controle.

d) O resultado negativo no resultado da empresa (prejuízo anual) decorre da opção do acionista de não remunerar a companhia pelos serviços realizados. Em valores de mercado, os serviços realizados remunerariam a Companhia de forma a produzir lucros. Desta forma, embora pudesse apresentar resultado positivo, a opção do acionista é de prover aporte de capital à Companhia, mediante integralização de capital e tais valores não são contabilizados como Receita Operacional, deixando de compor o resultado do exercício. Esse procedimento ocorreu até março de 2017. A partir de abril de 2017, a Companhia negociou com o Tesouro a quitação de passivo que historicamente o Acionista tinha com a Companhia. Por este mecanismo, a partir de abril a operação da Companhia se deu com os recursos desta negociação, tratando-se, portanto, de recursos próprios.

COMPANHIA DE INVESTIMENTO E PARCERIAS DO ESTADO DE GOIÁS

- e)** Não houve pagamento de juros e multas.
- f)** Não foram executados projetos ou programas financiados com recursos externos.
- g)** Não ocorreu transferência e nem recebimento de recursos nas modalidades relacionadas.
- h)** Não foram executados projetos que, através de renúncia de receita pública, tenham beneficiado quaisquer instituições públicas ou privadas.